

Atribuição BB CY 4.0

Práticas Decoloniais na Educação Básica: Experiências de Educadoras com base nas Leis nº10.639/03 e nº11.645/08

Alice Maria Alves Oliveira dos Santos¹

Resumo

Este artigo tem o propósito de promover a reflexão sobre a relevância das práticas decoloniais como representatividades de movimentos de lutas em busca de amenizar os impactos da hegemonia dominante, que ainda está muito presente nos contextos educacionais. Pretende-se, por meio da pesquisa qualitativa, realizar a escuta e análise de relatos de experiências vivenciados por educadoras da Educação Básica, que buscam trazer para seus ambientes escolares, a inquietação em validar a Lei nº10.639/03 e Lei nº11.645/08, ao instigar o pensar sobre a urgência de dar visibilidade às vozes silenciadas pela colonização. Para tanto, a partir da pesquisa realizada, foi possível verificar como a abordagem decolonial torna-se fundamental nas práticas pedagógicas e nos processos de formação dos educadores, por proporcionar a valorização e o resgate da identidade dos povos que sofreram o reflexo da colonização, e por promover a transformação social e libertadora dos sujeitos.

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Metropolitana de Camaçari - FAMEC. Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Camaçari. E-mail: aliceoliveirapro39@gmail.com

Palavras-chave

Práticas Decoloniais; Formação de educadores; Relato de Experiência; Educação Básica.

Recebido em: 18/03/2025
Aprovado em: 09/09/2025

352

Decolonial Practices in Basic Education: Experiences of Educators based on Laws nº10.639/03 and nº11.645/08

Abstract

This article aims to promote reflection on the relevance of decolonial practices as representations of movements that struggle to mitigate the impacts of the dominant hegemony, which is still very present in educational contexts. The aim is to conduct qualitative research by listening to and analyzing reports of experiences lived by Basic Education educators, who seek to bring to their school environments, the concern to validate Laws 10.639/03 and 11.645/08, by instigating thinking about the urgency of giving visibility to the voices silenced by colonization. To this end, based on the research carried out, it was possible to verify how the decolonial approach becomes fundamental in pedagogical practices and in the training processes of educators, by providing the valorization and recovery of the identity of the peoples who suffered the impact of colonization, and by promoting the social and liberating transformation of the subjects.

353

Keywords

Decolonial Practices; Educator Training; Experience Report; Basic Education.

Introdução

O contexto educacional atual brasileiro apresenta ainda vários desafios, sejam de ordem política, estrutural, cultural, organizacional, curricular, metodológico, administrativo, ideológico, entre outros aspectos. Essa educação carrega marcas do processo de colonização que durante muito tempo, silenciou as vozes das populações marginalizadas pelo *status quo*, que, geralmente, privilegia a hegemonia europeia e norte-americana.

Considerando esse cenário, busca-se nesse artigo promover a reflexão sobre a relevância das práticas decoloniais como representatividades de movimentos de lutas em busca de amenizar os impactos da hegemonia dominante, que ainda está muito presente nos contextos educacionais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio da escuta e análise dos relatos de experiências vivenciadas por educadoras da Educação Básica, que buscam trazer para seus ambientes escolares, a inquietação em validar a Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade da Rede de Ensino incluir a História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial, e a Lei nº 11.645/08, que além de trazer a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira, acrescenta o estudo da Cultura Indígena, modificando a lei anterior.

Ao trazer a discussão sobre as leis mencionadas, esse artigo busca provocar a reflexão sobre a urgência de dar visibilidade às vozes silenciadas pela colonização e que ainda perpetua na sociedade, a fim de que essas inquietações possam reverberar nas discussões nos contextos em que fazem parte. Para tanto, foi utilizada a pesquisa na abordagem qualitativa, pois “[...] se caracteriza, principalmente, por estudar subjetividades, crenças, valores, representações da realidade, opiniões, enfim, fenômenos intrinsecamente complexos [...]” (Fagundes, 2009, p. 21).

Nesse contexto, essa pesquisa teve como objetivos específicos: discutir e exemplificar práticas que buscam validar abordagens decoloniais para o ambiente escolar; compartilhar algumas metodologias decoloniais vivenciadas nos espaços pesquisados e refletir sobre a necessidade da formação dos educadores que incentivem a realização de práticas decoloniais.

Dessa forma, pretende-se fundamentar essa pesquisa nas contribuições trazidas por Paulo Freire (2024); Miranda; Riascos; Pardo e Carmo (2021); Lopes, A. S.; Hetkowski, T. M.; Conceição, A. (2024); Rios, J. A. V. P. (2022), entre outros autores, para fomentar a reflexão crítica sobre o assunto, e provocar

o pensar decolonial nas práticas pedagógicas e nos contextos educacionais. Para tanto, este artigo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente procura discutir as abordagens teóricas dos autores em que se fundamenta, e posteriormente, compartilha os relatos de experiências corroborando com as análises deles.

Abordagens Decoloniais como práxis de resistências

Falar sobre abordagens decoloniais, remete-nos a conjecturar sobre a relevância da escuta das narrativas, da construção de memórias coletivas, de privilegiar a fala e a escuta dos povos silenciados, a aceitação do outro, de sua identidade, das diferenças e muitas outras atividades que podem representar práxis de resistências importantes para uma educação mais libertadora e humanizada.

Miranda, Riascos, Pardo e Carmo (2021), em suas “investigações expedicionárias”, trazem a reflexão sobre a necessidade de pensar e dar visibilidade às práxis decoloniais. As autoras nas expedições vivenciadas puderam prestigiar e compartilhar como inspiração, as participações em formações, congressos, seminários, fóruns de discussões com temerários decoloniais, sendo as contribuições advindas por meio das pesquisas colaborativas, realizadas a partir dos “movimentos pedagógicos” decoloniais, bastante significativo para promover um trabalho mais cooperativo, reflexivo e dialógico.

Segundo Miranda; Riascos; Pardo e Carmo (2021, p. 49)

[...] ler, pesquisar, instituir parcerias interinstitucionais, e ainda, (des)aprender com as dinâmicas de trabalho nos países do contexto do qual fazemos parte, é adotar abordagens decoloniais de educação. Além disso, significa atuar na contra-hegemonia, tendo em vista o complexo arcabouço onde ser “não europeu” é não ser normal [...]

Jane Rios (2022) fala sobre a importância de descolonizar o olhar e a escuta, e sobre romper com as práticas de um currículo único, descontextualizado, mas que passe a dialogar com o cotidiano da escola e dos sujeitos que a constituem. Além de ressaltar a relevância do percurso formativo mais colaborativo com os sujeitos envolvidos, valoriza as diferenças, suas histórias de vida, resgatando seus valores e identidade.

Por sua vez, a decolonização se apresenta como uma brecha de esperança e um convite a humanização coletiva, com respeito e justiça para crianças, adultos, idosos, jovens e todas a gerações, na construção de outro currículo, outra educação, outro professor, na possibilidade de outras pontes entre os povos excluídos e silenciados, criando outras resistências e esperanças para um outro mundo (Lopes, A. S.; Hetkowaki, T.M.; Conceição, Ana. 2024, p. 17).

Considerando a necessidade de estimular a vivência de práticas pedagógicas que tenham perspectivas decoloniais, pode ser mencionada a relevância de lutar por políticas públicas, criação de leis e pela vigência das mesmas, para tentar reparar os danos causados pelo colonialismo.

Assim, no Brasil pode-se citar a Lei nº 10.639/03, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, ao estabelecer “as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’ [...]”. Além da mudança dada pela redação da Lei nº 11.645, de 2008, cujo artigo 26-A ressalta que, “[...] nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”.

Mais do que o reconhecimento de uma dívida histórica, isso implica numa tentativa de recolocar as coisas em seus devidos lugares, proporcionando, ainda que parcialmente, um novo olhar sobre as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas como partes integrantes daquilo que geralmente se designa de identidade nacional [...] (Reis; Oliveira; Oliveira Jr. 2024, p.7)

Segundo Copete (2015) *apud* Miranda; Riascos; Pardo e Carmo (2021, p. 46), “[...] a afrodescendência e as diversidades devem ser explícitas na formação dos professores para transformar, recriar, energizar, enriquecer, localizar, dimensionar e encontrar o conhecimento pedagógico”. Verifica-se, dessa forma, como o processo formativo dos educadores é essencial para buscar ressignificar as práticas educativas, voltado para um olhar e um escuta que valorize as diferenças e respeite a diversidade.

Conforme Goodson (2011, p. 25) “Que tipo de educação de massa está sendo visado quando o popular é não somente ignorado, mas positivamente desvalorizado?”

Com esse questionamento, e considerando as reflexões trazidas aqui, verifica-se que a teoria ainda se distancia da prática. Muitos sujeitos e povos continuam silenciados quando se valoriza apenas a cultura dominante em que predomina o *status quo*. Isto ocorre pois, até então, existem muitas resistências,

muitos preconceitos, necessitando de continuar lutando por políticas públicas e movimentos sociais em prol do combate a esse tipo de práticas discriminatórias, que perpetuam as marcas da colonização.

Dessa forma, torna-se essencial ressignificar e escutar as narrativas dessa massa, valorizar suas histórias, resgatar sua autoaceitação e respeitar sua identidade, entre outras ações antirracistas, emancipatórias e libertadoras. Assim, para corroborar com essas discussões, propõe-se trazer a contribuição de dois relatos de experiências que buscam trazer a abordagem decolonial para o contexto educacional.

Os relatos de experiências aqui contemplados são de educadoras da Educação Básica, que trazem exemplos de práticas, as quais buscam vivenciar em seus contextos escolares, cujas propostas e ações retratam a discussão da abordagem da Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08.

O primeiro relato a ser mencionado foi feito por meio da entrevista com a professora de História, a indígena Marilene (Kota Payayá) com suas vivências de luta que visam o resgate da cultura indígena na escola e na sociedade. O segundo relato, da coordenadora pedagógica Alice Oliveira, a partir da sistematização e acompanhamento do Projeto Consciência Negra: Uma Atitude Diária, que foi construído junto com a equipe escolar, tendo como proposta trazer para o contexto escolar, o estudo, reflexão e vivências de práticas sobre a cultura afro brasileira.

Relatos da professora Marilene, Kota Payayá

Quem é Kota Payayá? Começa assim, esse diálogo, dando voz à identidade trazida por esta professora, em seu processo de autoformação e busca em conhecer sua origem, e nesse movimento de resgate, descobriu-se como indígena.

Falar de suas práticas pedagógicas demandam conhecer um pouco da história que elas trazem, e as inquietações que deu início à pesquisa sobre sua origem e sua identidade, ao analisar suas memórias afetivas da infância, e reportar seu modo de vida durante essa época marcada pelo(a): pote, murundu, arupemba e linha de algodão usada na costura feita de mão. Além do café colhido, da tora, do quintal, dos pés no chão, da caça, da pesca, do “modo de vida na natureza”, onde quase tudo é aproveitado e não gera resíduos. E como não falar

da lata de farinha, das pinturas, do artesanato, da gamela, do girau, do rapé, do moquear a carne, do fazer o rasteiro na roça, casa de taipa, do chapéu de palha, do trançar a esteira, do candeeiro, do fifó, entre tantas ricas lembranças. “Todos juntos em um modo de vida que não é capitalista [...] onde toda construção é feita na coletividade, no mutirão” (Kota, 2024).

Assim, Marilene, passa a se identificar como “Kota”, como era chamada pelos familiares, nome este, que tem origem africano indígena e significa “experiência”. Esta identidade, é mais intensificada, através de suas buscas, levando-a a descobrir que seu bisavô José Botafogo era índio do povo Payayá, que “[...] foi expulso do seu território no Riachão do Rio Utinga em 1913, junto com a esposa e filhos [...]” (PAYAYÁ, p. 134), incluindo seu avô Damião (pai de seu pai, Dete).

Kota buscou ressignificar estas descobertas e as histórias sobre os povos indígenas, em suas práticas pedagógicas, por volta de 10 anos atrás, mas com mais intensidade em suas pesquisas auto formativas, há 5 anos, debruçando-se nos estudos da “pedagogia da afirmação indígena”, tratada por Tanãmak, conhecida por Márcia Mura (professora de História, doutora que defende essa tese). Também, em Paulo Freire e Maria Pankararu (linguista Pankararu, que foi a primeira doutora indígena). Além disso, refere-se a Graça a Graúna, indígena e doutora que fala da “escrevivência” dos povos indígenas.

Com esses referenciais em que se baseia, e com sua vivência docente, Kota começou a escrever sobre seu povo, e passou a criar poesias com as histórias indígenas, propagando sua identidade e a luta dos índios. Uma das formas de manifestar essa luta, está presente em seus escritos ou escritos de autoria coletiva. Assim surge a produção de textos informativos para dar suporte as suas aulas sobre Camaçari, terra de Tupinambás, fruto da sua pesquisa sobre a relevância e história desse povo indígena que foram os primeiros habitantes de Camaçari, e também a participação na escrita coletiva do Ebook “11645 Indígenas e diversidade para a paz”².

Na sala de aula, essa discussão é trazida por Kota, provocando seus educandos a ter curiosidade sobre: sua identidade; o resultado da miscigenação; quantos povos indígenas existem oficialmente hoje reconhecidos; modo de vida do povo indígena, e instigar os alunos a ter curiosidade de pesquisar e saber mais

² PAYAYÁ, Kota. Sobre os autores, seus povos, e mais. In: Martins, F. et al. (Orgs.) 11645 Indígenas e diversidade para a paz [livro eletrônico]. Ilhéus, Ba: Ed. dos Autores, 2024, p. 134.

sobre esse povo e suas contribuições. Kota traz para a sala materiais sobre os povos indígenas, a fim de ler e discutir com os estudantes o “pertencimento por herança” e outras abordagens sobre o assunto. Além disso, trabalha com as memórias e as poesias que escreve, “garimpando textos” e estabelecendo diálogos para construir essas histórias, nessa construção.

Em seu relato, Kota ressalta que nas práticas escolares ainda apresentam muitas dificuldades em trabalhar sobre os povos originários. Segundo Kota “é uma peleja” para trazer a Lei nº11.645/08 na prática e para discutir com seus pares, pois existem poucas fontes para pesquisa para trabalhar com os alunos, e ainda precisa haver formações para discutir sobre o tema e incluí-la no currículo e no Projeto Político Pedagógico das escolas, mas “é possível”. Hoje a internet facilita ter acesso a esses autores, mas ainda os professores tem dificuldade em construir os materiais para usar com os estudantes. No entanto, “quem está disposto a trabalhar, vai remando na peleja e vai aos poucos fazendo caminho, trabalhando [...]” (Kota).

Kota, enquanto indígena, mulher, mãe, professora, guerreira, lutadora pelo resgate da cultura indígena, retrata em sua fala a sabedoria desse povo que é uma “sabedoria compartilhada”, “que já existe”, e “é transmitida de um para o outro”, entre as gerações, e enfatiza o modo de vida indígena, não capitalista, que não há desperdício, em que tudo se aproveita. Reconhece que a luta ainda é grande para trazer a lei para a prática, mas que o povo indígena tem buscado conquistar seu espaço, porém o que a marca enquanto pessoa, conforme a professora, são “os genocídios, que ainda hoje acontece com os povos indígenas, como o assassinato de Nega Pataxó”³, e tantas outras barbáries. Também “o marco temporal, o negar o direito dos povos indígenas”, o ter que migrar, devido aos movimentos dos grileiros e agronegócios. É também perceber o apagamento da história dos povos indígenas. Não tem como falar da Lei nº11.645/08 sem falar com os indígenas, ouvir esse povo.

Dessa forma, a professora Kota, inquieta-se com o apagamento da história dos povos indígenas e torna-se uma mestranda do ProfHistória da Universidade do Estado da Bahia (UNEBA), e tem como objetivo ser uma

³ Nega Pataxó morreu em 21/01/2024 assassinada a tiros no conflito de retomada de terras por ruralistas. Nesse conflito foi utilizado de práticas de violência contra indígenas. As investigações sobre os fatos ainda estão em andamento.

pesquisadora da cultura indígena, e trazer para sua prática docente o resgate dos povos originários.

Essa educadora trabalha desde 2017, no Centro Educacional de Santo Antônio, no EJA diurno, com atendimento socioeducativo dentro da Estrutura da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac) e do Case Irmã Dulce em Camaçari. Leciona história, geografia e filosofia, em turmas multisserieadas. Além das disciplinas, os estudantes têm acesso a vários projetos como a horta, barbearia, cursos do Senai, de informática, arte educação, e nesse espaço escolar também traz essas discussões buscando dar voz aos povos originários e resgatar a história desses povos.

Recentemente, participou de mais uma publicação no ebook de autoria coletiva intitulado “Cosmovisiones de Amor: Culturas indígenas para una nueva humanidad”⁴. Kota, por meio de estudo, pesquisa e formação, almeja dar continuidade à sua luta, junto com a coletividade, para promover práticas pedagógicas que visam valorizar e resgatar a história e a cultura do povo indígena.

[...]
 A nossa História
 Existe em um tempo só
 Tempo contínuo
 Tempo de existir
 Tempo do presente,
 Somos essência
 Que vive e sente
 e nunca deixa de existir
 [...] (PAYAYÁ, 2024, p. 110).

Relato de experiência pedagógica com base na Lei nº 10.639/03

Nesse movimento de luta pela inclusão e respeito a diversidade, em outro contexto escolar da Educação Básica, na busca por realizar práticas pedagógicas em uma abordagem decolonial, a coordenadora Alice Oliveira compartilha a experiência que vivenciou tendo como base o cumprimento da Lei nº10.639/03 ao buscar trazer essa proposta para os momentos de Atividades Complementares (ACs) e nas atividades pedagógicas desenvolvidas junto com os professores dos Anos Iniciais e Finais da escola que atuava.

⁴ PAYAYÁ, Kota. Eu sou meus ancestrais. In: QOM, Adi et al. Cosmovisiones de Amor: Culturas indígenas para una nueva humanidad. Abya Yala, 2024, p. 110.

Com essa finalidade, surgiu o projeto que desenvolveu nos anos de 2019 a 2023, intitulado “Consciência Negra: uma atitude Diária”, que foi criado a partir das discussões e sugestões feitas juntamente com a comunidade escolar, o qual foi sistematizado e acompanhado pela coordenadora. Assim, buscou-se construir uma proposta de trabalho envolvendo conteúdos e práticas, ressaltando a importância dessa temática estar inserida no cotidiano da escola em uma atitude diária.

Dessa forma, esse projeto foi construído e teve como objetivos: promover ações de valorização da história e cultura afro brasileira; assegurar o cumprimento da Lei nº 10.639/03; valorizar a identidade negra, e reconhecer-se nesse processo; propiciar momentos de estudo, reflexão e vivência da cultura africana, bem como seus costumes, valores e ensinamentos; incentivar o respeito entre as diferentes culturas, o resgate da autoestima, promover o conhecimento de personalidades negras que se destacaram na história, literaturas, esportes e ciências; além de valorizar as personalidades da comunidade e do município (que conquistaram seus espaços e mostraram a presença do negro nas diversas áreas).

Sabe-se que os momentos formativos entre os pares é essencial para ressignificar as práxis escolares, mas é ainda um grande desafio, pois além de ser algo que demanda desconstruir conceitos enraizados de uma sociedade que ainda tem muito latente o predomínio da cultura hegemônica europeia, e norte americana, existem as dificuldades em promover momentos de formação no coletivo, sendo um grande desafio para os coordenadores articular os projetos e as formações dos educadores nos espaços escolares. No entanto, apesar dos entraves, a coordenadora buscou oportunizar a vivência de práticas e ações individuais, coletivas e em parcerias para oportunizar aos estudantes e a comunidade escolar, a realização de estudos e produções que visavam alcançar os objetivos propostos.

Dessa forma, mesmo com as barreiras que surgiram no processo de desenvolvimento do projeto, foram realizadas de forma significativa as seguintes ações e atividades: estudos sobre a História e *Cultura Afro-Brasileira*; atividades de pesquisas; produções voltadas sobre a temática; leitura de textos diversos e de livros literários e não literários que retratam a importância da consciência negra; produção de artesanatos; pinturas em cerâmicas, tecidos, papel; confecção de máscaras africanas, turbantes; análise e síntese dos livros lidos; exibição de vídeos e filmes; vivência de brincadeiras africanas; atividades escritas e orais; atividades

de recorte e colagens; montagem de painéis e apresentações envolvendo escola, família e comunidade; realização de palestras e apresentações com parceiros da escola.

Desde o início do projeto, em 2019, foram realizadas diversas apresentações, a partir dos estudos, pesquisas e debates nas aulas, dentre elas: reconto da história infantis e infantojuvenis; apresentação de brincadeiras africanas, danças, poesias, músicas; pinturas; peça teatral sobre Consciência Negra, estudo de biografia de personalidades negras; apresentação do livro “Zumbi, o menino que nasceu e morreu livre”, entre outras literaturas; desfile da Beleza Negra e oficinas de penteados afro.

Realizou-se também, oficina de turbantes, exposição de painel temático; apresentação de coral; organização de sala tematizada; cartazes e produções artísticas sobre o Egito; estudo sobre personalidades negras no esporte; representações de invenções produzidas por negros; elaboração de Telejornal sobre “Consciência Negra e Culinária Africana”; exposição das pinturas e produção de jogos africanos de tabuleiros; confecção e exposição de maquetes de Quilombos.

Além disso, esse projeto envolveu a busca de várias parcerias, que a coordenação buscou realizar por meio de convite, contato e de viabilizar a logística para realização das programações, com apoio da direção e equipe escolar, sendo essas parcerias muito importantes, pois possibilitaram que os educandos tivessem vivências e conhecem práticas e locais que não tinham acesso, sem falar na oportunidade de ver que é possível alcançar seus sonhos, ser empreendedores e protagonistas de sua história.

Como parceiras desse projeto foram promovidas diversas palestras e oficinas realizadas na escola, ao longo desses anos, entre elas: parceria com o Coral Comvida sob regência da musicista Itana Rosa; a oficina “Despertar, Tocar e Dançar” com Janete Matos (professora de uma escola de dança do município); oficina literária e de confecção de bonecas africanas (BAYOMI) com Francineide Sylva da Casa da Criança de Camaçari; coral do “Projeto Música na Escola” com a mediação de Paula Souza (professora de dança e canto da Cidade do Saber); coral da Monsanto com o professor musicista Enoque Norberto; oficina de “Empoderamento, Teatro Mudo e Vivência” com a psicóloga Lilian Regina; apresentação de capoeira e maculelê com o “Mestre” Pica Pau; palestra com a psicóloga Edileuza Mota sobre a auto estima do negro e a importância de sua

identidade; palestra com a SEPROMI (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais) sobre Consciência Negra; apresentação do grupo de dança da professora Paula Souza.

Ocorreu também, a participação da escola na Parada Cultural da Consciência Negra do bairro promovida por Rose Braga (palestrante e empreendedora negra do bairro), neste evento os estudantes apresentaram poesias e jograis no palco do bairro, participaram das oficinas, bate papo literário e do lançamento do livro de Ivanildo Antônio, cineasta e artista de Camaçari que tem representatividade no exterior; houve parceria com a poeta do bairro dona Maria (*in memoriam*) e o Passeio ao Quilombo de Cordoarias.

Todas essas parcerias articuladas tiveram como finalidade aproximar a comunidade da escola, valorizar a cultura local e as suas personalidades para servir de exemplo e inspiração para os educandos.

Vale ressaltar que, mesmo no período pandêmico, a coordenadora continuou a realizar o projeto com os ajustes necessários: fazendo uso dos recursos midiáticos e tecnológicos, com produções de vídeos feitos pelos educandos, educadores, equipe escolar, além de depoimentos realizados pelos parceiros, apresentações enviadas por meio da plataforma de reuniões virtuais Meet, e link disponibilizado pela plataforma de conversas digitais WhatsApp das produções ou gravações enviadas nos grupos (o que predominava devido as dificuldades de acesso ao Meet pelos estudantes); pesquisas, e rodas de conversas com os parceiros e personalidades negras que se destacaram no município, ressaltando suas dificuldades e conquistas, retratando o empoderamento do negro, a importância de lutar para conquistar seu espaço e valorizar sua identidade, assim como, o “bate papo” online com a escritora de literatura infantil, Ana Fátima, sobre a importância e a contribuição do negro na sociedade, e sobre sua caminhada como escritora.

Conforme Oliveira (2022, p. 2)

Ver, inicialmente, a escola física fechada, não fez com que esta deixasse de funcionar. A luta de todos proporcionou que novas descobertas e práticas fossem desenvolvidas, trocas de aprendizados ocorressem e novos recursos tecnológicos fossem experimentados. Um mundo virtual passou a ser o meio de dar visibilidade e oportunidade de aprendizagem ao estudante e a todos os envolvidos no ambiente escolar e comunidade.

No seu relato a coordenadora Alice, também mencionou que para tratar desses assuntos foram utilizados vídeos do Youtube, atividades interativas, além de produções literárias, e as atividades adaptadas, enviadas pelo WhatsApp ou

impressas, a serem recolhidas pelas famílias. Foi muito difícil para todos lidar com esse novo contexto, mas foi feito o possível para permitir que o processo de aprendizagem continuasse sendo estimulado. Estavam todos tentando e lutando para fazer o seu melhor e continuar motivando os educandos e toda equipe escolar.

Como resultado desse projeto foi possível avaliar o quanto os estudantes participaram e se envolveram nas propostas realizadas, tiveram autonomia na pesquisa e curiosidade em aprender mais, e a riqueza de suas produções, além de ter um envolvimento expressivo dos docentes. No entanto, sabe-se que ações como essa, ainda precisam ser realizadas com mais frequência nos ambientes escolares e com envolvimento de todos. Espera-se que ocorra mais oportunidades de momentos formativos de trocas e diálogos entre os pares e no coletivo; que haja mais investimento em recursos materiais e pedagógicos, e oportunizar, cada vez mais, a parceria da escola e a comunidade.

Em suma, embora a escola tenha buscado fomentar ações que ressaltassem a importância de se trabalhar com a Lei nº10.639/03, ainda se evidencia docentes que apresentam dificuldades, e restringem esse enfoque apenas ao mês de novembro, o que demanda um investimento maior em oportunizar momentos formativos com os educadores, entre outros aspectos, para que esses movimentos de práticas decoloniais se fortaleçam e passem a promover um pensamento mais humanizador e libertador. “[...] Liberação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (Freire, 2024, p.43).

Considerações Finais

Com base nas abordagens decoloniais e relatos de experiências compartilhados, neste artigo, buscou-se provocar a reflexão sobre o processo educativo, tendo em vista a construção de atividades e práxis que possam vir a contribuir com a escuta e a valorização das massas que muitas vezes foram silenciadas e/ou ignoradas pela sociedade.

É importante reafirmar que decolonizar significa buscar uma essência na diferença, é humanizar as relações, constituindo um caminho para o caminho de narrativas insurgentes. E isso requer a presença, como fonte de inspiração aos pertencimentos dos espaços singulares e coletivos de uma sociedade e a possibilidade de convivências e existências (Lopes, A. S.; Hetkowaki, T.M.; Conceição, Ana. 2024, p. 17).

A abordagem decolonial torna-se fundamental para proporcionar a busca pela ruptura da ideologia dominante e dar voz aos povos que sofreram o reflexo da colonização e suas marcas que muitas vezes podem estar ainda enraizadas na sociedade, mas que precisam ser combatidas e ressignificadas.

Nesse contexto, a formação dos educadores, faz-se de suma importância para oportunizar a transformação social, começando com a autoformação e a formação entre seus pares, possibilitando aos sujeitos, serem protagonistas de sua história, valorizar sua identidade, e se posicionar diante das barbáries da sociedade.

A valorização da subjetividade, individualidade, diversidade e dos coletivos representam possibilidades de ouvir as narrativas dos povos marginalizados e discriminados, subalternos ou colonizados.

No Brasil, apesar de ter leis que buscam validar a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, como a Lei nº 10639/03 e a Lei nº 11645/08, ainda há evidência da dificuldade em inserir no currículo obrigatório, pois muitas vezes a prática se limita a algumas datas específicas, e não à transversalidade das práticas. Evidencia-se, assim, a necessidade em investir na formação para que essas barreiras possam deixar de existir, e haja uma mudança significativa no currículo em uma perspectiva decolonial.

Dessa forma, por meio da pesquisa realizada foi possível verificar a relevância das práxis decoloniais, e de como essas práticas ainda representam um grande desafio na atualidade pois, embora avanços sejam alcançados, necessitam serem propagadas e incentivadas, por meio da escuta e visibilidade dessas experiências, servindo de incentivo para que muitas outras práticas sejam desenvolvidas, e os povos silenciados possam ser os protagonistas de suas histórias e, consequentemente, busquem ajudar que muitas outras histórias sejam construídas e/ou ressignificadas.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 nov. 24.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Brasília: Diário Oficial da União, 10 jan. 2003. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

Brasil. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília: Diário Oficial da União, 11 mar. 2008. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

FAGUNDES, Tereza. **Metodologia da pesquisa - Especialização em EAD**. Salvador: UNEB/EAD: 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** / Paulo Freire. 88 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

GOODSON, Yvor F. **Currículo**: teoria e história. Tradução Atílio Brunetta. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOPES, A. S.; HETKOWSKI, T.M.; CONCEIÇÃO, A. **Narrativas insurgentes**: decolonizando conhecimentos e entrelaçando as infâncias na contemporaneidade. Revista Cocar (online), v. 20, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7691/3440>. Acesso em 02 jan. 2024.

MIRANDA et al. Decolonialidade e movimentos pedagógicos: traduções para a educação intercultural no itinerário Brasil-Colômbia. In: RIOS, Jane (Org.). **Profissão Docente em questão!** Salvador: EDUFBA, 2021.

OLIVEIRA, Alice. Relatos de Experiências da Coordenação Pedagógica Desenvolvidos nas Formações no Contexto Pandêmico. In: **Revista Estudo Iat. Edição Especial - Experiências do Plano de Formação Continuada Territorial 2019-2022**. V. 7 N. 1, 2024. Disponível em: <https://estudosiat.educacao.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/view/348>. Acesso em: 02 jan. 2024.

PAYAYÁ, Kota. Eu sou meus ancestrais. In: QOM, Adi et. al. **Cosmovisiones de Amor: Culturas indígenas para una nueva humanidad**. Abya Yala, 2024, p. 110.

PAYAYÁ, Kota. Sobre os autores, seus povos, e mais. In: Martins, F. et. al (Orgs.) **11645 Indígenas e diversidade para a paz** [livro eletrônico]. Ilhéus, Ba: Ed. dos Autores, 2024, p. 134.

REIS, M.; OLIVEIRA, Eliana; OLIVEIRA JUNIOR, G. Currículo & Relações Étnico-Raciais: Atravessamentos Contemporâneos. Revista Espaço do Currículo. 2024. v. 17, n. 3: e67632. Disponível em:
<file:///C:/Users/Positivo/Downloads/currculo--relaes-tnico-raciais-ok.pdf>. Acesso em 02 de jan. 2025.

RIOS, J. A. V. P. Profissão professor/a: decolonizar o olhar e a escuta. In: RIOS, J. A. V. P.; OLIVEIRA, A. [Orgs.] **O que narram os/as**

pesquisadores/as e estudantes de Pós-graduação do DIVERSO?
Experiências Pedagógicas da Profissão Docente. Coleção Documentação
Narrativa de Experiências Pedagógicas. Vol. 2. São Carlos: Pedro & João
Editores, 2022. 136.

367